



Projeto Conexão Local 2007

PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE LONDRINA

Alunos

Daniel Finamore Martins
Erika Caracho Ribeiro

Tutora

Marina Bitelman

Sumário

1 – Introdução	03
2 – Contexto	03
2.1 - Breve histórico da cidade de Londrina	03
2.2 - Políticas Públicas no município	04
3 – Economia Solidária	05
3.1 - Definição e Princípios	05
3.2 - Panorama da Economia Solidária no Brasil	06
4 – O Programa de Economia Solidária de Londrina	08
4.1 - Origens	08
4.2 - Proposições gerais do programa	09
4.3 - Estrutura	10
4.3.1 - Eixos do Programa de Economia Solidária em Londrina	10
4.3.2 - Instituições participantes e seu papel	10
4.3.3 - Estrutura Física	11
4.4 - Metodologia.....	12
4.5 - Caracterização e comparação dos grupos de geração de trabalho e renda	14
4.5.1 - Grupo do CAPS: “Louco de Bom”	16
4.5.2 - Grupo do Sinal Verde: “Renascer”	18
4.6 – Principais avanços, dificuldades e desafios	19
4.6.1 - Avanços	19
4.6.2 - Dificuldades e desafios.....	21
5 - Análise e impressões	22
6 - Conclusão	24
7 - Referências Bibliográficas.....	26
8 - Anexo.....	27

1 – Introdução

Pela primeira vez no Projeto Conexão Local foi visitada uma experiência do Paraná, onde a dupla conheceu os atores do Programa de Economia Solidária de Londrina, bem como grupos de geração de trabalho e renda em diferentes estágios de estruturação. A dupla conheceu também parte da cultura e história do local, através das pessoas que teve contato, da trajetória de suas famílias e da visita aos principais pontos da cidade.

O relato da visita desta experiência está estruturado da seguinte forma: primeiramente é feita uma contextualização histórica do município, depois uma pequena exposição sobre o que é Economia Solidária e, logo após, a descrição do Programa de Economia Solidária de Londrina, sua metodologia de trabalho de assessoria aos grupos, tanto aos que estão começando quanto os que já estão mais estruturados. Ainda sobre o programa, a dupla expõe suas impressões quanto ao que foi observado e, em cima disso, tece reflexões a respeito do Programa de Economia Solidária e do Projeto Conexão Local.

2 – Contexto

2.1 – Histórico da Cidade

Para uma melhor compreensão da experiência visitada e vivenciada serão apresentados alguns dados e um breve histórico da cidade de Londrina.

Londrina foi ocupada primordialmente por cafeicultores das regiões de São Paulo e Minas Gerais, que na época eram os maiores produtores do Brasil. Na década de 1920, o governo iniciou a abertura de áreas para empresas privadas de colonização, pensando na infra-estrutura e desenvolvimento que essas trariam à região. Primeiramente chegou à região uma empresa inglesa, razão do nome da cidade ser “pequena Londres”, interessada no plantio do algodão, negócio que não prosperou. A partir de então, essa empresa transformou as terras que tinha adquirido em loteamentos de pequenos terrenos, possibilitando aos trabalhadores comprar um pedaço de terra. Isso fez com que houvesse uma expansão produtiva, principalmente do café, do qual a cidade seria mais tarde considerada a “Capital Mundial”. Desta atividade produtiva, baseada no café, nasceu uma classe média.

A década de 1990 foi marcada pela vinda de grandes indústrias para a cidade de Londrina, o que atraiu muitas pessoas em busca de melhores condições de vida e trabalho. A partir da década de 1980, a construção civil na cidade entrou em seu auge, em consequência do crescimento da população e das atividades produtivas da cidade.

Com a geada que ocorreu em 1975 na região, muitos agricultores perderam sua produção e não conseguiram se reerguer sozinhos, pois a atividade econômica dessas famílias era baseada somente no café. Essa massa de trabalhadores decorrente do êxodo rural se somou aos migrantes das cidades vizinhas, atraídos pelo até então grande crescimento da cidade, constituindo uma enorme parcela de população marginalizada.

Atualmente vivem na cidade 503.041 pessoas (estimativa do IBGE para o ano de 2007) que tem como principais atividades econômicas o comércio e a indústria de transformação. A População Economicamente Ativa (PEA) de Londrina corresponde a 48,7% dos habitantes, sendo que 27% dela possui uma faixa salarial média entre um e dois salários mínimos¹. Em 2000, foi constatado que 96,9 %² da população era urbana. Isto revela o êxodo rural, resultante da falta de oportunidades e de apoio neste setor. Outro dado importante para a análise é a taxa de analfabetismo, que é de 6,42%³ da população, em comparação com 13,6%⁴ da taxa brasileira.

¹ Dados retirados do Perfil de Londrina 2005/2006

² IBGE - 2000

³ IBGE - 2000

⁴ IBGE - 2000

2.2 – Políticas Públicas no município

A secretaria de assistência social de Londrina desenvolve diversos serviços à população mais vulnerável do município. Só em 2007 já investiram mais de oito milhões de reais em suas atividades.

Dentre essas atividades se destacam o “Viva Vida”, o “Sinal Verde” e os atendimentos dos CRASs (Centros de Referência da Assistência Social).

No projeto Viva Vida, as crianças são acolhidas em alguns locais estratégicos nas suas regiões e fazem atividades como pintura, capoeira, teatro, entre outros, no período em que não estão na escola. O programa Sinal Verde dá apoio a pessoas em situação de rua, procurando reinseri-las na sociedade, nas suas famílias e ajudando-as a organizar suas vidas.

A atividade exercida nos Centros de Referência da Assistência Social (CRASs) é a de atendimento imediato da população em risco ou em situação de vulnerabilidade, como pessoas que perdem seus empregos e não conseguem se reinserir no mercado, bem como mulheres que sofrem abusos. Os centros estão espalhados por toda cidade, mas principalmente na área urbana, onde cada zona tem um ou mais centros, dependendo da necessidade da população. As pessoas que procuram o CRAS conversam com uma assistente social, que avalia que benefício ou ajuda elas podem receber. Lá são cadastradas as pessoas para receber benefícios federais como a Bolsa Família, PETI e Juventude Assistida e benefícios municipais como a Bolsa Escola, Bolsa Deficiente, Bolsa Idoso, cupom alimentação. Além disso, o CRAS oferece atividades que visam à inclusão produtiva, dentro da perspectiva da Economia Solidária, o que o coloca como a porta de entrada para o Programa de Economia Solidária (PES) do município. As famílias que recebem algum benefício devem participar de reuniões sócio-educativas para que elas não fiquem dependentes dos benefícios, se relacionem socialmente e saibam reestruturar suas vidas. São nessas reuniões que a equipe do PES faz uma abordagem inicial das pessoas que necessitam de renda e as chamam para conhecer melhor o programa. Além disso, por terem um contato mais próximo com a população, as assistentes sociais conhecem melhor os problemas de cada pessoa e têm a confiança delas, o que faz o trabalho dos técnicos de Economia Solidária mais eficaz.

Além das políticas da Assistência Social, a cidade de Londrina conta com três CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), ligados à Secretaria da Saúde: o CAPS AD (Álcool e Drogas), o CAPS I (Infantil) e o CAPS III (Saúde Mental). Os CAPS, segundo os funcionários da prefeitura, vieram para substituir os hospícios, através de novas formas de acompanhamento da população por psiquiatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Para a população atendida pelos CAPS, a idéia é levar também a oportunidade da Economia Solidária, processo iniciado com a formação de um primeiro grupo de geração de renda, o “Louco de Bom”, que será estudado também neste relatório.

A cidade conta também com um SINE (Sistema Nacional de Emprego), responsável pela intermediação de mão de obra, ou seja, realizando uma pré-seleção de candidatos para as empresas que precisam de mão-de-obra e encaminhando no máximo cinco pessoas para cada vaga. O SINE é responsável também pelo seguro desemprego e pela qualificação dos trabalhadores, realizando capacitação e treinamento. Cabe salientar que a política do SINE é voltada para o mercado formal de trabalho e que ele atende cerca de 700 pessoas diariamente na cidade. Seu conselho gestor é formado por representantes do poder público, sindicatos patronais e sindicatos de empregados, em igual proporção.

3 – Economia Solidária

3.1. - Definição e Princípios

O conceito de economia solidária abrange diversas práticas e não há um pensamento único sobre o seu significado. Existem, sobre ele, duas principais formas de entendimento entre os estudiosos. A primeira entende o tema como uma forma de superação do capitalismo, o que implica alteração do modo de produção econômica ou como modelo macroeconômico, constituindo, assim, uma sociedade pós-capitalista. A outra assume a Economia Solidária como alternativa de enfrentamento à pobreza e de melhoria da qualidade de vida. Na definição de Razeto (2001), ela é uma “economia alternativa e não um modelo macroeconômico”.

Independente da forma de entendimento, a Economia Solidária está associada a ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende a participação coletiva, a autogestão, a democracia, o igualitarismo, a cooperação, a auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

A origem da Economia Solidária está relacionada ao surgimento do capitalismo industrial e sua evolução durante o século XIX, que provocou a expulsão dos trabalhadores do campo. Isso acabou gerando pobreza e desemprego, que provocaram reação por parte dos operários, que, em alguns locais, se organizaram em cooperativas como forma de resistência às condições de trabalho e remuneração da Revolução Industrial. Essa organização, segundo Singer (2002) buscava “recuperar o trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas”.

Várias décadas depois, houve um grande aumento dessas formas de organização coletiva de trabalho. É possível citar, na década de 1990, inúmeras práticas como a Autogestão de Empresas pelos trabalhadores, o “Fair Trade” ou Comércio Justo e Solidário, Agricultura Ecológica, Consumo Solidário, Redes de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro-Crédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Cooperativismo e Associativismo Popular.

Em linhas gerais, economia solidária é a ação possibilitadora de geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, que busca ao mesmo tempo a democratização da gestão do trabalho, o conhecimento sobre a produção, a valorização das relações de cooperação, a distribuição de renda e o fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

A Economia Solidária baseia-se nos valores de cooperação, democracia, igualdade e solidariedade, bem como nos valores éticos de honestidade, transparência e compromisso com a comunidade.

Para Singer (2000), a modalidade básica da Economia Solidária é a cooperativa ou outra forma de associação, e suas atividades podem ser de produção, comercialização, consumo e crédito. Os princípios universais do cooperativismo, segundo a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) são: (1) adesão voluntária e livre – as cooperativas são organizações abertas à participação de todos, sem discriminações de gênero, etnia, classe social, opção política ou religiosa; (2) gestão democrática – as cooperativas são controladas pelos cooperados; (3) participação econômica dos membros; (4) autonomia e independência – a cooperativa é uma empresa autônoma controlada pelos cooperados, que são seus donos; (5) educação, formação e informação dos associados e do público em geral sobre as vantagens do cooperativismo; (6) intercooperação – as cooperativas devem manter o intercâmbio entre si, em nível local, regional, nacional e internacional; (7) preocupação com a comunidade – as cooperativas trabalham para o bem-estar da comunidade, através de projetos aprovados por seus membros.

O termo cooperar deriva da palavra latina cooperari, formada por “cum” (com) e “operari” (trabalhar). Cooperação é um processo de interação social, onde os objetivos são comuns, as ações são compartilhadas e os benefícios são distribuídos para todos.

Para que o empreendimento autogestionário se consolide, é preciso que cada participante e o grupo como um todo busquem desenvolver atitudes e habilidades como conhecimento de mercado, gestão cooperativa, pró-atividade, participação, conhecimento sobre a arte de empreender e de administrar o projeto coletivo. Dessa forma, ela traz a idéia de trocar a cultura da subordinação pela idéia do apreender a empreender e cooperar.

3.2 - Panorama da Economia Solidária no Brasil

Do início da industrialização no país em 1930 até meados de 1980, com a recessão durante a “década perdida”, o Brasil deixou de ser uma grande nação produtora de bens primário-exportadores para se transformar na oitava economia industrial do mundo, com importante absorção da força de trabalho nacional, especialmente proveniente do campo.

No entanto, durante a década de 1980, como consequência da interrupção do ciclo de industrialização e do crescimento da dívida externa houve uma crise de desenvolvimento, especialmente acentuada pela adoção da política financeira e econômica segundo o receituário do FMI (Fundo Monetário Internacional) na década de 1990. As consequências dessa crise foram uma regressão ocupacional, após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho, a estagnação da renda per capita, instabilidade nas atividades produtivas e financeirização da riqueza no país.

Houve uma grande retração do trabalho formal, gerado por empresas capitalistas. Além do avanço do desemprego aberto⁵, ampliou-se o segmento informal do trabalho, em forma de atividades de sobrevivência, de produção popular e até de ilegalidade. A taxa de emprego formal, que em 2002, foi de apenas 54% do total da ocupação, em 1980 chegou a ser de 2/3 das ocupações.

Nesse contexto, expandiram-se as atividades organizadas na forma de empreendimentos de Economia Solidária.

No Primeiro Mapeamento Nacional (PMN) foram identificados atualmente no Brasil quase 15.000 empreendimentos solidários, com aproximadamente 1,3 milhões de participantes. Desses, 63% são homens, 37% mulheres. Em 16% dos empreendimentos participam apenas mulheres. Quanto à distribuição geográfica, a maioria deles está no nordeste (44%), seguido de 17% na região Sul, 14% no Sudeste, 13% no Norte e 12% no Centro-Oeste (Ver figura).



⁵ O IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, no qual somente as pessoas que no período de referência estavam disponíveis para trabalhar e realmente procuraram trabalho são consideradas desempregadas. O cálculo é feito com base em dados de seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

As principais atividades desenvolvidas por esses grupos são a produção agrícola, a produção de bens, a prestação de serviços, as finanças solidárias, o comércio justo e o consumo solidário. Essas organizações solidárias dividem-se em cooperativas, associações, empresas de autogestão, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, etc.

Segundo os dados da pesquisa, os integrantes dos grupos citam que os principais motivos para a criação de EES (Empreendimentos Econômicos Solidários) são: a alternativa ao desemprego (45%), complementar a renda (44%), ganhos em atividade associativa (38%), acesso a financiamento / apoio (31%) e realizar atividade autogestionária (27%).

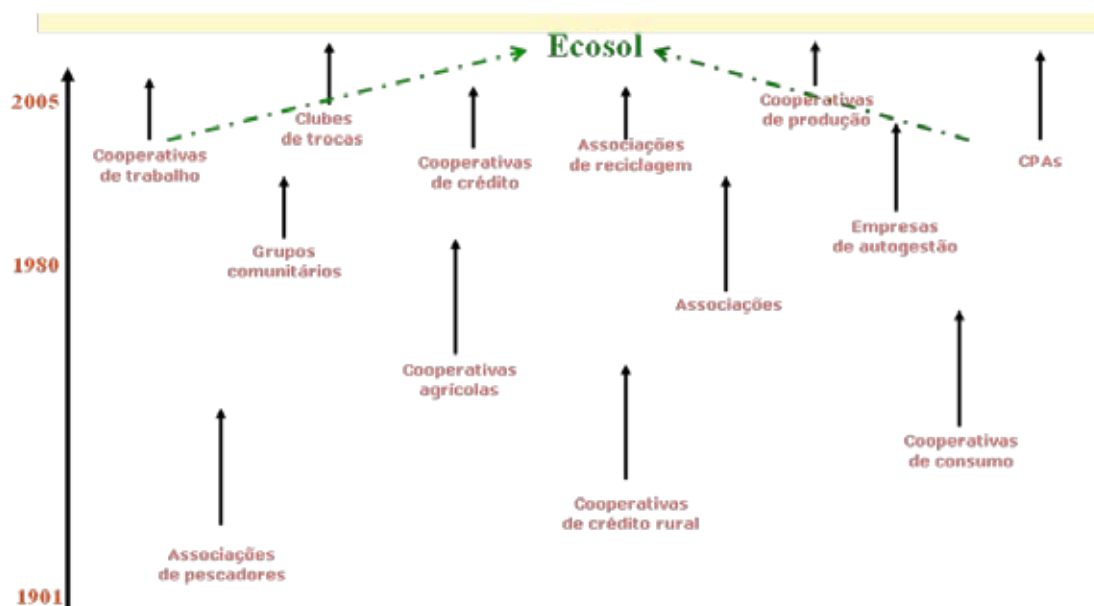
Entre as atividades econômicas desenvolvidas, destacam-se a agricultura, pecuária, pesca e extrativismo em 64% dos empreendimentos, seguidos da prestação de serviços (em diversas áreas) com 14%, alimentação (13%), têxtil, confecções e calçados com 12%, artesanato em geral com 9% e indústria de transformação com 6%.

Dos empreendimentos, 54,5% são registrados juridicamente como associações, 32,7% estão na informalidade, 10,7% são cooperativas.

As principais debilidades que apareceram durante as entrevistas do PMN com os grupos foram a incapacidade de obtenção de crédito e de recursos para investimento, a insuficiência de remuneração regular e benefícios sociais aos trabalhadores, pouco investimento em recursos humanos, instâncias participativas restritas à assembléia ou reunião geral, escassas trocas econômicas entre EES e a limitada participação em fóruns de articulação e em redes de comércio solidário.

Entre os principais pontos fortes apontados pelos integrantes dos EES está o fato dos insumos, matérias-primas e recursos iniciais serem próprios ou de origem solidária; a produção ser destinada ao mercado, com estratégias de comercialização; o fato de existirem cuidados com a destinação dos resíduos e preocupação com a preservação do ambiente natural; a participação dos sócios nas decisões via assembléias ou reuniões gerais, com gestão transparente, participação social e comunitária.

Entre 1990 e 2005, houve um crescimento significativo da Economia Solidária no Brasil, representado por um aumento de 85% no número de empreendimentos. O mapa abaixo representa um esquema da evolução da Economia Solidária e suas organizações no país.



4 – O Programa de Economia Solidária de Londrina

4.1 – Origens

Em 2003 teve início o Programa Fome Zero, iniciativa do governo Lula. O programa tinha foco nas ações emergenciais no sentido de suprir necessidades básicas, no entanto, sua estrutura trazia diversas ações no sentido de criar condições para a estruturação das famílias beneficiadas, entre elas, um eixo de “Inclusão Produtiva”.

No município de Londrina, participaram da implantação do programa nacional as secretarias da Assistência Social, Agricultura e Abastecimento, Mulher, além do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), do Projeto 1000 ONGs, do Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina - PROVOPAR e, mais tarde, das secretarias da Saúde, Educação e Idoso. Foi elaborada uma proposta inicial e o lançamento oficial do Fome Zero em Londrina deu-se no mesmo ano.

O programa Londrina Fome Zero caracterizava-se por ser intersetorial e sua gestão se dava por um comitê gestor, articulado de forma interligada entre sociedade civil e poder público e bastante orientado ao desenvolvimento das potencialidades do cidadão atendido.

O programa teve inicialmente quatro eixos: 1) Ações de Combate à Fome, 2) Abastecimento Alimentar, 3) Renda Mínima e 4) Geração de Renda e Capacitação Profissional, este último atuando em duas perspectivas: uma responsiva às demandas do mercado de trabalho formal, ou seja, realizando capacitações em conjunto com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e com os sindicatos patronais e de trabalhadores; outra no sentido de formar e fortalecer grupos de geração de trabalho e renda. Esta segunda foi a raiz do Programa de Economia Solidária em Londrina.

Um ano antes, ocorria o I Encontro de Economia Solidária em Londrina, no dia 29 de agosto de 2002, quando foram discutidos a realidade da cidade e o seu potencial para desenvolvimento da Economia Solidária. Neste marco inicial do futuro programa, foram identificados 26 grupos nas áreas de alimentação, artesanato, higiene e limpeza, hortaliças e reciclagem que recebiam algum tipo de apoio público. No dia seguinte, reunidos com Euclides Mance⁶, os representantes das Secretarias Municipais da Assistência Social, Mulher, Agricultura e Abastecimento e do CODEL, estabeleceram as proposições de: mapear as necessidades que poderiam ser supridas por grupos de produção, organizar um Fórum Municipal de discussão, viabilizar discussões nas comunidades para avaliar o potencial de uma iniciativa local e viabilizar assessoria técnica e estrutura para o Programa, entre outras.

Dessa reunião formou-se uma comissão com responsabilidade de elaborar um programa público de Economia Solidária em Londrina que incorporou, em 2003, um dos eixos do Programa Fome Zero. As propostas iniciais se focavam nas compras coletivas, nos grupos de consumo solidário, nos estímulos para o consumo solidário e nas cooperativas de crédito solidário.

A equipe inicial do programa contava com dois assistentes sociais e um instrutor de artesanato, com dedicação exclusiva (designados pela Assistência Social), um engenheiro agrônomo, uma assistente social e uma artesã (não exclusivos) e mais seis estagiários. Logo de início, angariou-se também uma parceria com a UEL (Universidade Estadual de Londrina) e formou-se também uma comissão regional, composta por representantes das diferentes secretarias, a NESOL - Núcleo Regional de Economia Solidária.

⁶ É professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que defende a implantação de redes de economia popular e solidária como uma estratégia de organização de sociedades pós-capitalistas.

Um grande marco na origem do programa foi a realização da 1ª Feira de Economia Solidária e Geração de Renda - FEISOL, em dezembro de 2003, da qual participaram cerca de 50 grupos produtivos. A segunda feira foi realizada em março de 2004. O lançamento oficial do Programa como intersetorial e independente do “Londrina Fome Zero” foi em 2005, quando se definiram cinco vertentes de atuação.

Cabe salientar ainda que o programa orientou-se na política nacional de Economia Solidária, mas que não foi espelhado em nenhuma outra experiência do país, apesar de ter se utilizado, como parâmetro para a consolidação dos indicadores de gestão, da política vigente na cidade de São Paulo na época.

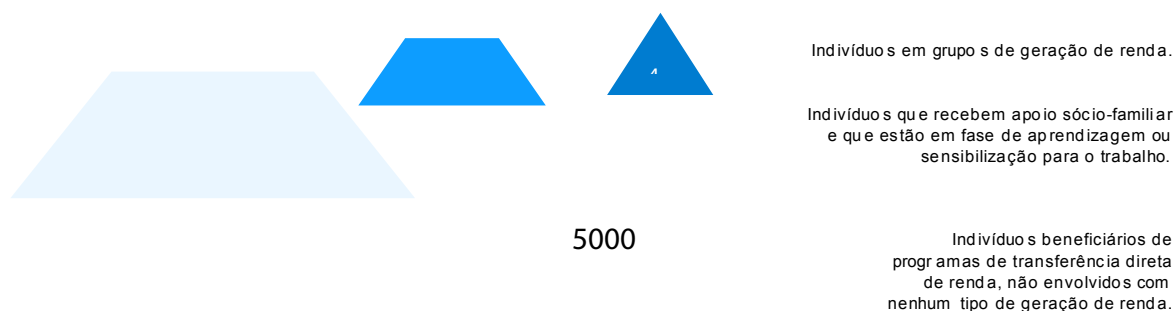
4.2 – Proposições do programa de Economia Solidária em Londrina

Alinhado com sua origem, o Programa da prefeitura de Londrina tem como objetivo máximo a geração de trabalho e renda, de forma que todas as suas atividades e linhas de atuação estão orientadas para ele. No entanto, faz-se necessário ressaltar que ele procura mais do que devolver aos indivíduos a condição de trabalho e proporcionar geração de renda, mas possibilitar que os beneficiados consigam sua inserção social, reconhecimento, aprendizado, dignidade e qualidade de vida através daquilo que passam a exercer como atividade de sobrevivência.

Segundo a secretária da Assistência Social Municipal, Maria Luiza Rizotti, a Economia Solidária “aparece para nós como uma alternativa importante para a autonomia de renda, mas também como alternativa política e ideológica de superação do modelo capitalista excludente”. Ela levantou que para o município era imprescindível que a economia solidária viesse e que viesse rápido pela sua proposição de geração de renda.

O programa atende uma determinada parcela da população que está entre a população em situação de risco (atendidos por programas emergenciais de combate à fome e à situação de rua) e aqueles que têm possibilidade de retorno ao mercado formal de trabalho, que possuem acesso a capacitações e ao “sistema S”⁷. Segundo Maria Luiza, “essa parcela é esquecida, muitas vezes deixada de lado e o grande diferencial do programa está em atendê-las”.

A Secretária ressaltou ainda que a realidade atual da cidade de Londrina apresenta um grande número de pessoas atendidas pela transferência de renda direta e um pequeno número em processo de geração de renda. “A mega-meta do programa é inverter essa pirâmide, de forma que exista uma parcela maior gerando renda, um grupo menor em processo de formação de grupos e uma pequena parcela que não tenha condições de se enquadrar nos primeiros, que receba benefícios especiais”.



Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pela secretária.

⁷ Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição Federal, tais como o SENAI, SENAC, SESC, SESI, etc.

4.3 - Estrutura

4.3.1 - Eixos do Programa de Economia Solidária em Londrina

Para fins didáticos o programa foi dividido em cinco projetos, a saber:

- Projeto de Assessoria aos Empreendimentos Solidários: propõe apoiar e assessorar grupos de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária instrumentalizando-os para a auto-gestão, dotando-os de condições conceituais, administrativas e técnicas, com vistas à sua sustentabilidade e autonomia. A metodologia e os seus objetivos específicos serão detalhados a posteriori. O público-alvo atendido por esse projeto são os grupos comprometidos com os princípios da Economia Solidária, grupos constituídos ou não, geralmente pessoas cadastradas nos Centros Regionais de Assistência Social ou em condições de vulnerabilidade social.
- Projeto Investimento Solidário: o objetivo é possibilitar às pessoas e aos grupos de geração de trabalho e renda acesso aos recursos materiais necessários para viabilizar novos empreendimentos de trabalho e/ou implementar as ações daqueles já existentes na fabricação de produtos e/ou serviços, dentro de uma perspectiva solidária. O fomento é realizado por meio do fornecimento de material de consumo, mediante a assinatura do Termo de adesão, responsabilidade e compromisso, após ter sido aprovado nos critérios do programa e pelo Conselho Gestor.
- Projeto Educação Para o Consumo Crítico e Solidário: o objetivo é otimizar ações que venham educar criticamente e conscientizar os consumidores afim de que haja mudança de comportamento com relação às aquisições dos produtos comercializados pela economia solidária.
- Projeto Oficinas Solidárias: tem foco na sensibilização das pessoas beneficiárias de programas da Assistência Social e para a busca de novas alternativas de trabalho e renda, por meio do trabalho coletivo, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a igualdade de renda. Procura oportunizar o acesso a novas alternativas, a uma nova proposta de trabalho mais igualitária e ao conhecimento dos resultados obtidos pelas atividades coletivas.
- Projeto Rede Solidária: pretende apoiar a constituição de redes solidária de produção, comercialização e consumo, desenvolvendo estratégias e mecanismos em conjunto com os empreendimentos solidários para o fortalecimento das redes.

4.3.2 - Instituições participantes e seu papel

O Programa de Economia Solidária de Londrina é intersetorial, contando com a participação de várias secretarias, além de outros parceiros como universidades (Universidade Norte do Paraná, Universidade Metropolitana, Universidade Estadual de Londrina) e ONGs (como COEP, Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel, Casa do Empreendedor, PROVOPAR). Além disso, existe o Núcleo Intersectorial de Economia Solidária, que é o órgão que define os caminhos do programa, e o Conselho Geral de Gestão do Centro Público, que o próprio nome define a tarefa.

As universidades têm um papel no programa aproximado ao o de uma consultoria, pois mandam graduandos em diversas áreas para ajudar os grupos em necessidades pontuais, como administração, design. A UEL (Universidade Estadual de Londrina) é a única que tem uma atuação diferente, pois seus alunos participam da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Sociais Sustentados (INTES-UEL) e através dela buscam assessorar grupos, dando apoio técnico nas áreas de psicologia, moda, administração, entre outras. Vale ressaltar que a INTES e o PES assessoram grupos diferentes, uma vez que a atividade que ambos exercem tem a mesma finalidade. Porém, a comercialização no Centro Público e o fomento também são atendidos pela prefeitura para os grupos atendidos pela Incubadora desde desejem e estejam aptos a recebê-lo.

As ONGs têm atuado principalmente doando ou emprestando recursos financeiros e maquinário para os grupos. O COEP (Comitê de Entidades no Combate à Fome e à Pobreza) em parceria com a Caixa Econômica Federal e o Programa de Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) concedeu R\$12.000,00 em equipamentos para grupos da região Oeste A. O Comitê de Solidariedade dos Funcionários da Sercomtel fez algo bem próximo, só que com um grupo do Distrito de Maravilha. Eles investiram mais de R\$ 25.000,00 em acabamento, estrutura e equipamentos para a padaria que foi construída nesse distrito rural. A Casa do Empreendedor de Londrina, entidade que possui total autonomia do governo e concede microcrédito produtivo para pequenos empreendedores formais ou informais, confiou no potencial de crescimento dessa panificadora. Concedeu R\$ 5.800,00 com uma taxa de 1,75%⁸ ao mês para as cooperadas da padaria comprarem equipamentos que ainda faltavam em seu estabelecimento.

Além dessas instituições, o PROVOPAR é uma das principais parcerias que o programa tem. Este era tradicionalmente coordenado pela primeira dama do município, que juntava pessoas interessadas em serem voluntárias. A partir de 2000, a ONG começou a ser coordenada pela sociedade civil e é hoje grande parceira da prefeitura, pois recebe dinheiro do Fundo Municipal de Assistência Social⁹ para aplicar em projetos como o Viva Vida, na distribuição dos cupons de alimentação e no Programa de Economia Solidária. Para este último, o PROVOPAR remunera cinco profissionais para trabalharem nele em período integral, cede o recurso para os investimentos solidários e contrata profissionais para a capacitação de grupos. Isso faz com que aproximadamente R\$ 40.000,00 sejam investidos mensalmente na economia solidária, provenientes do Fundo Municipal de Assistência Social.

Como o programa da prefeitura envolve várias secretarias, a coordenação espera que as outras secretarias se envolvam mais. Inicialmente, a proposta era que o programa fosse um projeto ligado ao IDEL (Instituto de Desenvolvimento de Londrina), mas a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) foi a que mais se interessou, disponibilizou recursos, e assim acabou assumindo a coordenação do programa. Segundo a Secretária da Assistência do Município, apesar de existirem as políticas de transferência de renda, o sonho da população em geral é a inserção no mercado de trabalho e assim o trabalho acaba fazendo parte dos objetivos da assistência social também. Cabe lembrar que não existe secretaria do trabalho no município de Londrina. Outro motivo que levou a SMAS acolher o programa é a mega meta que querem alcançar: a inversão da pirâmide de obtenção de renda por parte da população mais carente de recursos, já citada nas proposições do programa.

Para tentar fazer com que as outras secretarias envolvidas participem mais do programa e possam ajudar no crescimento dele, foi instituído o Núcleo Intersetorial, que discute os rumos e as metas a serem perseguidas com a participação de representantes destas outras secretarias. Uma das metas para o segundo semestre de 2007 é a elaboração de um projeto de lei que institua o programa para garantir parte de sua continuidade.

4.3.3 - Estrutura Física

O programa de Economia Solidária de Londrina construiu, por meio de parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), um Centro Público de Economia Solidária com a finalidade de discussão, disseminação e comercialização dentro da Economia Solidária. Este espaço é onde fica sua sede e onde são expostos para venda os produtos dos grupos solidários. Este espaço deve ser administrado para que todos os diversos interesses das pessoas que usufruam do local sejam atendidos. Por isso, representantes de grupos de cada região, representantes das secretarias (do Idoso, da Educação, da Mulher), representantes da INTES, a psicóloga da Secretaria Saúde que atua durante parte de seu expediente como técnica de um grupo de usuários do CAPS (Centro

⁸ Taxa especial instituída por meio de parcerias com o programa de Economia Solidária de Londrina. A taxa comumente cobrada é de 3,98% ao mês.

⁹ O fundo recebe recursos de empresas (como a Sercomtel, empresa pública de telefonia), públicos (da prefeitura) na maioria. O recurso é liberado para a entidade pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Esse conselho é formado por 5 usuários da assistência e 9 participantes das entidades do município.

de Atenção Psicossocial), a gerente de inclusão produtiva Nelma Liberato, os técnicos e a coordenadora do programa Sandra Nishimura formam o Conselho Geral de Gestão. Ele gere as atividades do Centro Público, o planejamento, a operacionalização da venda dos produtos confeccionados pelos grupos, as visitas programadas de empresas e entidades e resolve os problemas cotidianos que ali surgem.

Todas essas formas de gestão do Programa de Economia Solidária são feitas através de decisão coletiva, como proposto nos princípios da Economia Solidária.

4.4 – Metodologia

O Programa de Economia Solidária de Londrina tem algumas peculiaridades quanto à sua metodologia de abordagem das pessoas para que o conheçam e de construção de grupos autogestionários, mas também tem algumas formas de lidar com os grupos que são comumente usadas por incubadoras universitárias de cooperativas.

A seguir será descrito todo o processo de formação e assessoria dos grupos, que não segue necessariamente a mesma ordem sempre, podendo ser modificado de acordo com a realidade e a necessidade dos participantes /beneficiários.

Como dito anteriormente, nos CRASs acontece o primeiro contato dos técnicos do programa com a população vista como público-alvo desta política, pessoas que recebem benefícios e que necessitam de um trabalho para trazer renda para suas famílias. Nas reuniões que os Centros de Assistência promovem, cuja participação dos beneficiários é incentivada, o técnico do PES que atua em de cada região¹⁰ é convidado a vir falar sobre como a economia solidária pode ajudá-los a conseguir um trabalho digno. Normalmente são quatro reuniões que esse técnico, com a presença da assistente social do local, conduz.

Na primeira delas, o técnico começa a levantar com os presentes os valores do trabalho, o que ele significa para eles (alguns que foram citados: ser útil, feliz, estar animado, ter dignidade, respeito, conforto, segurança, sustento da família, qualidade de vida, independência, pagar as contas). Aproveitando essa discussão, pergunta-se o que é emprego formal e quais são suas dificuldades. Disto é retirado que emprego formal é um trabalho com carteira assinada, que para os presentes significa segurança. Também falam das barreiras em conseguir esse tão sonhado emprego formal, como estudo, cursos, referências, experiência. Religião, raça, aparência foram citadas, apesar de ser proibido o uso dessas como seleção para um emprego, mas que ainda de forma mascarada, essas pessoas sentem no seu dia-a-dia. Ainda nesta reunião introdutória, são discutidos os conceitos do capitalismo e a exclusão por causa dele. E a partir desse ponto, a economia solidária é apresentada e colocada como forma alternativa a esse modelo que os excluiu do mercado formal de emprego. Com isto, o programa é apresentado e é exposta a oportunidade deles montarem um grupo de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. Eles são convidados a pesquisar quais são as necessidades de consumo do local em que vivem, a pensar no que ou em qual área gostariam de trabalhar e com essas informações na mão, trazer propostas de formação de grupos para a próxima reunião. Logo após é feita uma dinâmica com os presentes, que mostra a eles a importância de terem vontade de modificar seu trabalho (aqui colocado como vontade de trabalhar) e de fazer isso em grupo e solidariamente.

Na segunda reunião, são resgatadas as reflexões traçadas na primeira e são colhidas as idéias trazidas pelos participantes. Com estas, são separados alguns “pré-grupos”, que irão se consolidar na próxima vez que se encontrarem. Mais uma vez é feita uma dinâmica, que traz a união como ponto principal do trabalho autogestionário.

Com os grupos praticamente formados, as outras reuniões são para as pessoas se conhecerem melhor, discutirem o que irão fazer, em qual nicho irão atuar e para conhecerem melhor a economia solidária e como deverão trabalhar para estarem incluídos nela.

¹⁰ TOs CRASs estão espalhados pela cidade, principalmente na região urbana do município. Estão subdivididos de acordo com a localização. Ver anexo 1 (mapa das regiões dos CRASs).

Todo esse processo descrito acima para formar grupos é chamado de Sensibilização, que é feita em Oficinas Solidárias, como descrito anteriormente.

Com os grupos formados, os técnicos observam e coletam as necessidades expostas pelo grupo. Muitas vezes são formados grupos em que algumas pessoas sabem mais sobre o que irão fazer do que outras ou que ninguém sabe como iniciar a produção no ramo escolhido. Então o programa procura uma pessoa que saiba ensinar a fazer aquilo e todos do grupo passam pelo processo de Capacitação. Isto é feito para nivelar e ampliar os conhecimentos, pois os saberes diferentes devem ser compartilhados e uma pessoa não pode mandar nos outros por ser mais habilidosa em certa atividade.

O grupo passa também por um processo constante de Assessoria, onde um dos técnicos do programa o acompanha por aproximadamente dois anos para sua estruturação. Nos primeiros encontros que esse facilitador tem com o grupo são lembrados aos membros os valores e princípios da economia solidária que eles escolheram seguir. O grupo formaliza seu início começando a escrever em um livro ata o pacto intra-grupal, como eles vão trabalhar, se a sobra vai ser dividida por hora trabalhada ou igualmente, como, quando e onde serão feitas as reuniões periódicas do grupo. Registram também suas reuniões e decisões tomadas no grupo. Começam a fazer um planejamento coletivo das atividades, decidindo onde irão vender, quanto produzir, etc. A partir daí o técnico acompanha semanalmente o grupo e verifica se eles ainda precisam de capacitação, se está na hora de receber o investimento solidário; além de auxiliá-los na superação dos problemas que a vida os impõe, e que afeta diretamente o trabalho do grupo, ajudando assim na construção do sentimento de grupo e da união dessas pessoas.

O técnico que acompanha o grupo observa e analisa a melhor época para eles receberem o Investimento Solidário que o programa fornece, chamado também de Fomento. Tanto os grupos que recebem a assessoria da prefeitura quanto os que recebem da INTES podem ter acesso ao Fomento. O empreendimento precisa estar bem estruturado e certo do que irá produzir. Os membros listam o que precisam para começar a trabalhar e pesquisam os melhores lugares para estes insumos serem comprados (vale ressaltar que na maioria das vezes o local em que essas pessoas moram é onde o material será comprado, pois assim elas não gastam com condução e já conhecem e confiam no estabelecimento citado na lista). O Programa analisa a lista e, com esta aprovada pelo PROVOPAR, que precisa liberar a verba, o material é comprado e o Fomento é entregue para o grupo começar a produzir e vender. É bom destacar que o programa só fornece material de consumo, e não dinheiro e equipamentos. O Fomento funciona como se fosse o capital de giro do negócio, que essas pessoas não têm condições de colocar para iniciar a atividade e por esse motivo não são desenvolvidos mais empreendimentos solidários hoje no país.

Mas esse investimento que a prefeitura fornece para os grupos tem uma contrapartida por parte dos membros. Ou eles doam 10% do valor investido neles em produtos para um evento do programa, ou algum lugar que necessite, ou o grupo presta 30% do valor em serviços, como dar cursos sobre o que eles aprenderam ou sabem fazer, servindo coffee-break. Isto é o que o programa chama de Contrapartida Solidária.

Por só prover material para consumo, os grupos quando necessitam de equipamentos têm que procurar outra forma de obtenção dos mesmos, através das parcerias que o programa tem com outras entidades, como alguns grupos já o fizeram pela Casa do Empreendedor, pelo Comitê de Solidariedade de Funcionários da Sercomtel, pela COEP.

Após a formação, a capacitação e o aporte inicial no empreendimento, o grupo tem que comercializar o produto ou prestar o serviço que foi escolhido. Para ajudar na comercialização dos produtos fabricados pelas pessoas que participam do programa, diversas Feiras são organizadas e realizadas pelo PES em alguns pontos da cidade, como no calçadão, nas universidades, nas empresas parceiras. Também acontecem várias feiras de Ecosol pelo Brasil, e o município pode ser convidado a participar e a levar alguns grupos. Isto os ajuda a adquirir noção de mercado (como vender, quanto vendeu para saber quanto produzir) e a aprimorarem seus produtos (observando os produtos dos outros

colegas, trocando conhecimento com eles e captando os gostos dos clientes, dependendo do ambiente em que a feira é realizada). Além dessas feiras, um grande avanço foi a conquista de um Centro Público de Economia Solidária (CP), construído em parceria com o governo federal. Ele tem como algumas de suas funções ser um espaço de comercialização e de cooperação entre os membros dos vários grupos, que se beneficiam de um lugar comum a todos, que é gerido por todos. O CP ajuda também na incorporação dos princípios da economia solidária, como cooperação, decisões em grupo e horizontais, além de ser um elo entre os participantes, proporcionando a interação entre os grupos e o conhecimento do trabalho uns dos outros.

Uma grande qualidade do programa de Londrina provem do fato que os facilitadores fazem com que a metodologia do programa seja rica de diversidade e informações, pois todos são formados em áreas diferentes e desta forma se completam. Os técnicos têm reuniões semanais para refletirem sobre como está o andamento de seus trabalhos. Assim, podem se complementar, pois têm visões e soluções diferentes para um mesmo problema ou dificuldade.

4.5 - Caracterização e comparação dos grupos de geração de trabalho e renda

O programa de Economia Solidária de Londrina reúne e acompanha cerca de oitenta grupos de geração de trabalho e renda da cidade, dos quais foram visitados vinte, em diferentes estágios de desenvolvimento. Os grupos visitados foram: Amar, Unidas Somos Mais, Toque de Elegância, Marreca, Vivendo e Aprendendo, Jeito de Ser, Arte na Terra, Padaria Maravilha, Parceira da Beleza, Q-Delícia, Ellas (Compotas e Conservas), Casa de Pães Conquista, Companhia da Beleza, Novas Idéias, Delícias de Santa Clara, Anamel, Grupo das Amigas, Crochê Ideal e mais dois outros grupos em formação, um de temperos e outro de pintura em tecidos. Além desses, foram visitados também os grupos “Louco de Bom”, dos usuários do CAPS III e o grupo “Renascer”, dos beneficiários do Sinal Verde, cujas descrições serão realizadas mais adiante.

Alguns estavam em fase de consolidação como grupos, ou seja, haviam acabado de se formar a partir de reuniões de sensibilização e estavam construindo laços de relacionamento, discutindo questões sobre o trabalho e os princípios da Economia Solidária e criando sua própria identidade. Outros estavam em fase de escolha de produto, estruturação da produção e definição dos pontos de venda. Aproximadamente 75% desses grupos já haviam recebido capacitação. Dos vinte, catorze já estavam em processo de produção e comercialização¹¹. Segundo Gislaíne, do grupo de compotas e conservas “Ellas”, “o programa visa muito à capacitação para quando chegar o momento de o grupo ficar sozinho, ele não encontrar dificuldade”.

Uma importante característica observada é a de que todos os indivíduos assessorados apresentavam-se alinhados (ou em processo de aprendizagem) com os princípios da Economia Solidária e, nos grupos que já estavam comercializando seus produtos, todos os indivíduos realizavam todas as etapas do processo produtivo. Apesar de haver dois grupos em que nem todos os membros dominavam todas as atividades do negócio (por exemplo, a contabilidade), os indivíduos afirmaram estar em processo de homogeneização do conhecimento, de forma que todos pudessem compreender a atividade econômica do começo ao fim.

As atividades produtivas realizadas pelos grupos visitados eram as de artesanato em tecido (lençóis, colchas, almofadas, tapetes, panos de prato, toalhas de mesa, etc.), costura (vestuário e uniformes), alimentação (panificação, confeitaria, compotas, temperos, doces e bombons, amendoins), cabeleireiro, pedicura ou manicura, bijuteria e artesanato com papel reciclado. As atividades de artesanato eram basicamente de bordado, pintura e recorte.

¹¹ Vale lembrar que, na prática, não existe uma divisão estanque do estágio de desenvolvimento dos grupos; esta divisão é formal, didática.

Dos grupos visitados, o número de indivíduos em cada um deles variava entre 2 e 7 membros, sendo que a maior parte possuía entre 4 e 5 pessoas. Geralmente os grupos iniciaram com um número bem superior de pessoas (alguns com até 12 indivíduos) e depois se reduziram durante sua consolidação. Os principais motivos para isso, segundo os entrevistados, são os problemas domésticos de alguns participantes, as dificuldades familiares, a instabilidade e demora da renda e a obtenção de emprego no mercado formal de trabalho.

Sobre o perfil das pessoas, a grande maioria é do sexo feminino. Havia apenas dois homens nos 20 grupos visitados (que são assessorados diretamente pelo PES de Londrina), e três no grupo do CAPS III (assessorado pela psicóloga da Secretaria da Saúde). A faixa etária era predominantemente de 40 a 60 anos, no entanto havendo grande variação de idade.

A escolaridade dos indivíduos entrevistados apresentou grande dispersão. Dos vinte grupos, obteve-se a seguinte composição¹²: Fundamental Incompleto (15), Fundamental Completo (8), Médio Incompleto (7), Médio Completo (21), Técnico, magistério ou superior (7). Os cursos superiores citados foram contabilidade, teologia e psicologia. É importante ressaltar que muitos deles afirmaram ter o desejo de voltar a estudar (alguns por conta da reinserção no mundo do trabalho) e três estavam estudando no momento.

Segundo a coordenadora do Programa, Sandra Nishimura, cerca de 30% dos participantes dos grupos de Economia Solidária recebem algum tipo de bolsa-auxílio ou benefício da Assistência Social. A maior parte deles afirmou, durante as entrevistas, ter tido o primeiro contato com o Programa durante reuniões dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social). Alguns deles citaram participar também de outros programas como o “Viva Vida” e o COHAB¹³.

A maioria dos integrantes dos grupos não realiza outras atividades de geração de renda. Alguns afirmaram fazer “bicos” (principalmente venda de cosméticos e produtos para casa, manicura ou cabeleireira e diarista) e outras possuem empregos formais de doméstica ou professora. Cinco mulheres participam de outro grupo de geração de renda (não enquadrado no programa) e cinco delas afirmaram realizar atividades voluntárias na comunidade, como catequese e aulas de artesanato.

A quantidade de horas trabalhadas durante a semana é outro fator extremamente variável entre os grupos, seja pelo seu estágio de desenvolvimento, seja por decisão do próprio grupo. Os grupos de padaria e confeitaria foram os que apresentaram maiores quantidades de horas trabalhadas, número este que chega a representar 12 horas diárias. Eliana, do grupo “Parceria da Beleza”, um salão de beleza, afirmou “eu me achei, adoro meu trabalho e pela primeira vez não tenho preguiça de acordar pra trabalhar”. Existem grupos, no entanto, em que os membros se reúnem apenas uma vez por semana, quando são tomadas as decisões, e a produção é distribuída entre todos os membros, que têm horários flexíveis. A maior parte das mulheres afirmou dar continuidade à produção em casa durante as horas vagas e entre as tarefas domésticas.

Os grupos possuem como local de produção geralmente a casa de um dos membros ou um espaço cedido. Dos grupos visitados, sete produziam na casa de um dos integrantes, enquanto os outros utilizavam espaços públicos cedidos (como creche, velório, associação de bairro, etc.) ou espaços cedidos por entidades, sejam empresas ou igrejas. Os equipamentos são emprestados ou próprios, adquiridos em alguns casos através de empréstimos na Casa do Empreendedor, como no caso da Padaria Maravilha, que também recebeu doações de equipamentos de empresas.

Dos grupos entrevistados, a maioria já havia recebido o Investimento Solidário (fomento). Dois deles contaram com entusiasmo o fato de já haverem realizado a contrapartida: o grupo “Delícias de Santa Clara” deu um curso de confecção de panetones para um grupo em formação no Centro Público, além de produzir um coffee-break para um evento do Programa de Economia Solidária, enquanto o grupo “Anamel” foi o responsável pela produção das cortinas do Centro Público e também pela realização de um curso. O fato de ter “devolvido” o investimento solidário apareceu como motivo de orgulho para ambos.

¹² Esses dados não são oficiais e foram fornecidos pelos membros dos grupos. Nem todos responderam.

¹³ Companhia de Habitação de Londrina (COHAB - LD) produz e comercializa casas; urbaniza e/ou reurbaniza áreas.

Ainda sobre o fomento, cabe citar dois aspectos interessantes: dois dos grupos que receberam o fomento não sabiam exatamente o que era a contrapartida e uma das integrantes de outro grupo levantou um aspecto negativo, segundo ela, atrelado ao fomento. Para ela, a previsão de fomento causou um clima de competitividade no grupo e ela atribuiu a ele a responsabilidade pela perda de membros, já que “elas acreditavam que com menos pessoas sobraria mais material e, portanto mais dinheiro para elas”. Essa crença, segundo ela, gerou problemas de relacionamento no grupo.

Os grupos vendem principalmente para a comunidade local, de porta-em-porta, para conhecidos, sob encomenda, nas escolas, em festas populares e no próprio local de produção. Foi citada ainda como importante para a maioria dos grupos a venda em feiras de economia solidária (que são esporádicas, mas nas quais são vendidos grandes volumes) e no Centro Público.

A maioria dos grupos ainda não auferiu sobras, já que o programa é recente e os grupos ainda estão em fase de inicialização na comercialização. No entanto, quatro grupos apresentam uma remuneração média igual ou superior a R\$ 150,00 por membro durante o mês. Esses grupos são a “Padaria Maravilha”, a “Casa de Pães Conquista”, o “Q-delícia” (bombons) e o salão de beleza “Companhia da Beleza”. Para Isabel, do grupo “Casa de Pães Conquista”, a remuneração vem conforme o esforço e com o tempo, porque “se não trabalhar, não tem dinheiro”.

As principais dificuldades que enfrentam, segundo as pessoas dos grupos, são: a venda - entendida como a falta de demanda para o produto, dificuldades em atingir o público-alvo ou dificuldades em realizar o processo de venda em si, (12 pessoas citaram); o espaço físico ruim ou a falta dele (6 citações); a conciliação das atividades domésticas e familiares com o negócio (5 citações); a gestão, principalmente o controle de custos (4 citações); a falta de capital de giro ou equipamentos (4 citações); o aprimoramento das técnicas de produção e acabamento (3 citações); a apropriação de todas as etapas do processo produtivo por parte de todos os integrantes (2 citações) e a convivência e o relacionamento entre os membros (2 citações).

Todos os grupos avaliaram bem a atuação do Programa de Economia Solidária. Foram feitos elogios à atuação da assessoria e foram levantados como pontos positivos o contato com outros grupos, a capacitação, o fomento, o relacionamento com os técnicos e o Centro Público. Para Hilália, do “Grupo das Amigas”, “o programa dá uma chance de viver sem emprego”. Já para Rosemar, do grupo “Toque de Elegância”, o programa é “uma chance que eu tive e rezo a Deus todos os dias por ela”.

Três grupos afirmaram que seria impossível ter conseguido iniciar um processo produtivo sem a ajuda do Programa. Janaína, do grupo “Unidas Somos Mais”, disse que “sem o programa, estaríamos patinando no mesmo lugar”. Dois grupos afirmaram haver certa “demora” para verem os resultados e outro citou como ponto negativo o fato de a prefeitura não ceder espaço físico para produção.

As principais conquistas observadas e citadas pelos grupos foram o aumento da auto-estima, a melhoria no “lidar com problemas de casa”, a conquista de um trabalho digno, o fato de não possuir “patrão”, a descoberta de “habilidades” e a superação de dificuldades. Para uma das integrantes do grupo “Casa de Pães Conquista”, o trabalho vem trazendo grandes mudanças na sua vida: “eu não sabia vender e era muito insegura. Fui me descobrindo, me descobri uma boa vendedora, foi uma superação”, afirmou. Para Janaína, do “Unidas Somos Mais”, o trabalho voltou a fazer parte de sua vida, “me acostumei com a atividade, não consigo mais viver sem vir trabalhar. Criamos um vínculo de amizade, pois estamos há quatro anos juntas, além do aprendizado e de acreditarmos em nós mesmas”, afirmou.

4.5.1 – Grupo do CAPS: “Louco de Bom”

Optou-se por descrever o grupo “Louco de Bom” separadamente por se tratar do primeiro grupo de geração de trabalho e renda formado exclusivamente por usuários do CAPS III (Centro de Assistência Psicossocial), especializado em Saúde Mental.

A Secretaria da Saúde disponibilizou algumas horas de trabalho da psicóloga Valéria, de 40 anos, para serem dedicadas ao Programa de Economia Solidária, no qual ela foi a responsável pela formação do primeiro grupo do CAPS. Apesar de alguma resistência por parte dos funcionários da secretaria da Saúde e por parte dos psiquiatras do CAPS, ela conseguiu não só formar um grupo como acompanhar suas atividades, que possuem caráter tanto de geração de trabalho e renda, quanto terapêutico.

A psicóloga faz o papel de técnica responsável pela assessoria do grupo e se reúne com ele duas vezes por semana. Os integrantes optaram por fazer amendoins torrados e os vendem em bares, cafés, lanchonetes, para a comunidade local e no Centro Público. A escolha por este produto se deu pelo baixo investimento inicial de que ele necessitava, capital este formado a partir de doação de cada um dos seus membros.

A produção é realizada em um salão paroquial, próximo ao CAPS III onde eles realizam o tratamento clínico. Além das reuniões com a psicóloga, os integrantes do grupo se reúnem sozinhos outras vezes durante a semana. Até o momento não obtiveram sobras expressivas. No entanto, pretendem ampliar a linha de produção para paçoca, amendoim e pé de moleque. O grupo já teve capacitação e curso de manipulação de alimentos. Aguarda, no momento, a vinda do fomento, para a expansão e diversificação da produção atual.

No início da formação do grupo, ele contava com 13 pessoas. Este número caiu para oito no momento de iniciar a produção e atualmente consolidou-se em cinco. São quatro homens e uma mulher, de idades entre 36 e 56 anos. Um deles possui Ensino Fundamental incompleto, um possui Ensino Médio completo, e outros três possuem Superior incompleto, cursos que tiveram que deixar de fazer por causa de suas doenças.

Um dos integrantes do “Louco de Bom” foi eleito membro do Conselho Municipal do Trabalho, o que é um fato de extrema relevância, pois não somente os trabalhadores passaram a ter na sua representação um membro da economia solidária, como este membro é expressão da intersectorialidade do Programa de Economia Solidária e da abertura para que usuários de CAPS possam exercer seus direitos plenamente.

Os resultados da formação deste grupo são fáceis de perceber, mas difíceis de mensurar. A atividade apresentou melhoria expressiva do quadro clínico dos cinco beneficiários, segundo a psicóloga. “Todos eles estão há mais de um ano sem surtos psicóticos ou internações”, afirmou. Segundo ela, a questão da Economia Solidária é muito importante para o público do CAPS, pois, de outra forma, eles dificilmente serão incluídos no mercado de trabalho. Para Valéria, falta envolvimento do pessoal da Saúde, “muitos psiquiatras agem com descrença e estão mais longe da linha de inclusão social porque eles vêem cara e não pessoa” criticou.

Ela possui uma relação muito boa com o grupo, mas como também realiza o cuidado da saúde, em alguns momentos, segundo a psicóloga, confunde-se a relação profissional com a relação clínica. A relação entre técnico e grupo exige informalidade, enquanto a relação psicóloga e paciente não permite. A principal dificuldade que enfrentou foi fazê-los tomar as decisões com autonomia, sem que ela induzisse-as, o que levou algum tempo para acontecer.

Além dos resultados clínicos, ela ressaltou o aumento da auto-estima, da motivação com a vida, do sentimento de utilidade e da mudança nas reclamações durante o atendimento psicológico: “eles passaram a trazer dificuldades de vida vivida, como por exemplo, não conseguir relacionar-se com clientes, vender mais, etc. Antes a vida era da cama pro CAPS, do CAPS pra cama”.

A idéia é expandir a experiência formando mais grupos e envolvendo os outros CAPS. A proposta de expansão surgiu com os estagiários de psicologia organizacional e amadureceu através da elaboração de um projeto com a coordenadora do programa, Sandra Nishimura. O projeto trouxe uma metodologia adequada para os usuários do CAPS, que leva em conta cada doença, a exclusão social, o preconceito, a dependência e a falta de contato com as pessoas. São 12 oficinas de sensibilização que

trabalham os aspectos da vida, resgate de valores, sentimento de pertença, etc. com o objetivo de formar as pessoas como um grupo e depois começar a conversar sobre questões envolvendo o trabalho para então apresentar a proposta da Economia Solidária. Segundo Valéria, que também participou da elaboração do projeto, “trabalhar com os usuários em grupos é bastante complexo. O tempo deles é diferente. Tem que lidar ao mesmo tempo com os imprevistos da doença”.

4.5.2 – Grupo do Sinal Verde: “Renascer”

O Projeto Sinal Verde existe há mais de 10 anos e atua em uma linha de assistência social de alta complexidade, trabalhando com pessoas em situação de rua¹⁴. A maioria dos recursos do Projeto, apesar de ser vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social, é federal. São cinco eixos principais de atuação: o atendimento geral, o serviço de abordagem (percorrem a cidade das 7h às 23h todos os dias em busca de pessoas em situação de rua), o atendimento à criança e ao adolescente, o atendimento ao adulto (através de profissionais especializados e bolsas-auxílio condicionadas à participação diária nos grupos de reflexão e de tratamento de dependência) e a inclusão produtiva.

O último eixo surgiu, foi aprovado e financiado em 2006 pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social). Inicialmente, têm como focos principais os adultos que estão saindo da situação de rua e os familiares de crianças e adolescentes em situação de rua. O programa possui parceria com a EPESMEL (Escola Profissional Social do Menor de Londrina), que cedeu o espaço físico e alguns profissionais para as capacitações, e que se baseia na metodologia do Programa de Economia Solidária de Londrina, com algumas diferenças:

- a - O programa Sinal Verde é quem define a modalidade de produção dos grupos, pois o projeto encaminhado ao MDS requeria uma definição de antemão das linhas de produção a serem desenvolvidas;
- b - O acompanhamento dos indivíduos é especializado e complexo, pois envolve a questão do abandono, da vulnerabilidade, da violência, da fragilidade, dos traumas, dos problemas com filhos e da dependência;
- c - A frequência do acompanhamento é maior, pois envolve a mediação de conflitos e a discussão dos problemas que esses indivíduos enfrentam;
- d - A questão do controle financeiro é extremamente complexa, pois praticamente inexistente confiança entre os integrantes, tanto por uma dificuldade natural que o ex-morador de rua possui em confiar no outro quanto pelo fato de poder haver recaída em relação aos casos de dependência;
- e - Os grupos possuem espaço físico de produção definido e cedido pelo programa;
- f - As pessoas moram em diferentes regiões do município e por isso o programa tem que pagar o transporte delas;
- g - A disponibilidade de recursos para comprar materiais e equipamentos é grande.

Já estão em atividade um grupo de reciclagem de papel - formado por homens -, um de confecção de instrumentos de percussão (em parceria com o CAPS e com pessoas que estão há mais de 2 anos na Casa do Bom Samaritano) e o grupo Renascer. Existem outros grupos em construção: dois de pessoas que já superaram a situação de rua, dois de famílias de crianças em situação de rua, um de famílias de jovens em liberdade assistida e um de moradores de rua que vivem nos *mocós*¹⁵.

O grupo visitado foi o Renascer, do qual fazem parte seis mulheres com filhos em situação de rua. A atividade de produção é a costura de roupas, bolsas e artigos de cama, mesa e banho, que já está sendo realizada no espaço cedido pela EPESMEL. A maior dificuldade, para o grupo, é “lidarem umas com as outras”. Elas possuem idades entre 20 e 41 anos, a maioria com Ensino Fundamental incompleto e apenas uma tem um trabalho remunerado, de diarista. Apesar das dificuldades iniciais, elas demonstraram-se confiantes no programa e na possibilidade de geração de renda.

¹⁴ Entende-se por pessoas em situação de rua aquelas que estejam efetivamente morando na rua, aqueles que estão em processo de superação da vida na rua (vivem em albergues, mas ainda enfrentam problemas psíquicos, vícios, traumas, etc.) e os familiares de pessoas ou jovens em situação de rua.

¹⁵ Casas abandonadas.

Para o técnico, elas estão desenvolvendo habilidades e aprendendo a conviver em grupo. O grupo trouxe também uma grande oportunidade para Bete, uma das integrantes: “eu tinha o sonho desde os 14 anos de ser costureira e só aos 35 consegui”, disse.

4.6 – Principais avanços, dificuldades e desafios

A partir da visita presencial e da realização de entrevistas com os técnicos, parceiros e beneficiários do programa, foram coletadas informações que possibilitam a realização de uma análise geral do programa. Será mostrado nesta primeira etapa o levantamento de dados realizado durante o período de pesquisa. Num segundo momento, serão analisados os dados observados.

4.6.1 - Avanços

O primeiro aspecto bastante importante de salientar e por diversas vezes citado pelos grupos e parceiros como grande ponto positivo do Programa de Economia Solidária de Londrina é a equipe responsável. Suas principais características são a complementaridade e a multidisciplinaridade: a equipe atualmente é formada por técnicos das áreas de artesanato, relações públicas, veterinária, moda e terapia ocupacional; por estagiários das áreas de administração e ciências sociais; por uma capacitadora da área de artes plásticas; por dois funcionários administrativos e por uma coordenadora, da área de assistência social.

Essas duas características, a multidisciplinaridade e a complementaridade, se somam ao fato de que todos os técnicos já possuíam experiência e tinham vontade de trabalhar com grupos de geração de renda. O veterinário sempre teve contato com cooperativas e desde 1986 trabalhou com grupos rurais e como assessor na organização deles; a relações públicas teve experiência na área social e é pós-graduada em comunicação solidária, a terapeuta ocupacional atuou na capacitação e orientação de grupos da secretaria da Mulher, a estilista teve experiência em um trabalho com peças de retalho em comunidades locais e a artesã era funcionária do projeto Viva Vida, acompanhando crianças e mães e, segundo ela, “levando a arte à população menos elitizada”, como afirmou.

Da mesma forma, a multidisciplinaridade também está fortemente expressa no caráter intersetorial que o programa possui: a atuação das secretarias da Assistência Social, Educação, Saúde, Idoso e Mulher e o grande número de parceiros dos setores privado e cidadão¹⁶ fazem com que o programa agregue diferentes visões, opiniões e necessidades.

Um segundo aspecto bastante inovador é esta intenção de ser efetivamente intersetorial, trazendo progressivamente a participação de diferentes áreas para consolidar o programa e permitir maior capacidade na formação de redes e na obtenção de parcerias pontuais. Essa estratégia, apesar de ainda não ter obtido um nível ideal de integração com as outras áreas, têm gerado conseqüências muito positivas como, por exemplo, a formação do grupo com beneficiários do CAPS (Centro de Assistência Psicossocial) ou os empréstimos de equipamentos que, em diversos casos, vêm de organizações privadas. Ainda que os relacionamentos estejam em consolidação, a abrangência da rede em construção é bastante significativa, levando os conceitos da economia solidária para diversas entidades da região: colégios, universidades, ONG's, Centros de Assistência Social, associações de bairro, etc. Existe um importante empenho também em tornar público a discussão e os produtos da economia solidária e disseminá-lo através de discussões, eventos no Centro Público, feiras, etc.

Outro ponto forte da política, também relacionado aos seus técnicos, é a crença na Economia Solidária como alternativa ao não-emprego¹⁷ e nos seus valores como essenciais para o sucesso dos empreendimentos. O Programa não acompanha grupos que não estejam alinhados nos princípios da economia solidária. Pode-se afirmar, de acordo com as entrevistas com os técnicos, que existe um extraordinário alinhamento ideológico entre eles, apesar de formação, opiniões e formas de assessorar bastante divergentes.

¹⁶ Terceiro setor

¹⁷ Entende-se o não-emprego, neste caso, como a redução da oferta de trabalho formal e o aumento da competitividade por eles. Isto significa que a cada dia, a população economicamente ativa irá fornecer trabalho sem necessariamente vínculo empregatício (carteira assinada).

Ainda em relação aos atores do programa, é importante ressaltar que o clima de trabalho contribui bastante para que haja engajamento e para que as atividades ocorram conforme o planejado. Existe bastante abertura de diálogo, humildade, construção coletiva, liberdade de expor opiniões e contribuir com as diretrizes dos projetos, franqueza e cooperação. Na medida em que a própria equipe do programa possui essas características mencionadas e trabalha de acordo com os valores que propõe, torna-se mais fácil disseminá-los aos grupos, tornando viável a construção de uma nova forma de trabalho.

Outro ponto bastante citado pelos grupos e pelos técnicos como fundamental para o sucesso do programa é a sua metodologia. A maior parte dos beneficiados citou como principal diferencial da política a ajuda em forma de fomento. O fomento, de acordo com os entrevistados, pode ser fator decisivo para que um empreendimento possa ou não tornar uma realidade. Da mesma forma, a capacitação traz inúmeros benefícios e possui uma orientação que a diferencia das políticas tradicionais de emprego: sua realização se dá a partir de uma demanda específica do grupo e orientada para a geração de trabalho e renda. Não existe, no programa, capacitação por capacitação, sem que haja finalidade para tal.

Ainda em relação à metodologia, é preciso reforçar a questão de que o Programa assessora todas as etapas da construção do grupo de geração de trabalho e renda, participando do começo ao fim, do processo de formação, definição do produto, assessoria na produção e comercialização até que o grupo possa ser independente. Vale deixar claro que o programa é recente e nenhum dos grupos até o momento atingiu o estágio de autonomia.

Em relação à estrutura do programa, aparentemente a equipe conta com espaço físico e materiais suficientes, bem como com recursos suficientes para o estágio em que se encontra. Um aspecto bastante inovador de sua estrutura é o recém conquistado Centro Público de Economia Solidária, espaço de capacitação, comercialização e discussão da economia solidária, onde também se situa a sede do PES. Segundo a integrante de um dos grupos, “com o programa e com o Centro Público melhorou muito, fomos acolhidas. Teve uma época que agente se sentia órfão. Hoje temos com quem contar. Veio como um socorro”.

É preciso colocar como ponto forte a avaliação que os próprios beneficiados têm do Programa, tanto no seu aspecto institucional quanto no aspecto de relacionamento entre técnicos e grupo. Dos 15 grupos visitados, todos eles avaliaram bem o programa, muitos afirmaram tê-lo como essencial para a existência do grupo e, a maioria deles, possui uma relação extremamente próxima de seus técnicos. Em relação à avaliação do programa, a falta de fomento em forma de equipamento foi citada como característica que dificulta o desenvolvimento dos grupos e alguns deles manifestaram ansiedade para que as coisas acontecessem mais depressa, levantando a demora para obter renda como um aspecto a ser melhorado. Esses pontos serão discutidos na análise.

O último e, sem dúvida nenhuma, o principal aspecto positivo do programa é o resultado que ele vem proporcionando às pessoas em seus primeiros anos de existência. Ao realizar uma análise objetiva, apenas sob a ótica da geração de renda, os resultados ainda são pouco expressivos. Existem alguns grupos cujos rendimentos individuais por hora podem ser equiparados com os do salário mínimo.

No entanto, através das entrevistas com os integrantes dos grupos, percebe-se que o impacto qualitativo gerado pelo programa está muito além da geração de renda. O conceito de trabalho como algo hierárquico e necessário independentemente das condições de trabalho a qualquer custo é substituído por um resgate de um tipo de trabalho como um conjunto de valores que se traduzem no aumento da auto-estima, do sentimento de pertença e de cidadania. O depoimento de Eliana Reis, integrante do salão de beleza (Parceria da Beleza) confirma: “Eu me achei, adoro meu trabalho e pela primeira vez não tenho preguiça de acordar pra trabalhar”.

Outra consequência bastante levantada é a de superação e desenvolvimento de habilidades por parte dos integrantes dos grupos. Para muitos deles, é a primeira vez em suas vidas que realizam um trabalho em que podem aprender, criar e participar efetivamente. “Eu não sabia vender, era insegura, fui me descobrindo, foi uma superação”, disse Mariusa quando perguntada sobre a diferença que o grupo “Casa de Pães Conquista” trouxe a sua vida.

Em alguns casos específicos, o trabalho vem também como forma de superação de problemas domésticos ou reinserção social. Muitas das mulheres entrevistadas lidam diariamente com abusos, violência doméstica, vício ou doenças graves e o trabalho surge como preenchimento do sentido da vida e o grupo como apoio psicológico. Mirca, artesã do grupo “Toque de Elegância”, afirmou que “sem o grupo eu estaria morta”, ao relevar o fato de ter enfrentado uma situação de depressão profunda antes de iniciar a atividade.

Em suma, o principal aspecto positivo a ser ressaltado deve ser exatamente os benefícios difíceis de mensurar, que se traduzem no resgate da cultura, das tradições e memórias, dos valores e da qualidade de vida dos cidadãos. A frase slogan de um cartaz do programa traduz exatamente este aspecto, ao dizer que “A prioridade não é o lucro, é a vida”.

4.6.2 - Dificuldades e Desafios

Ao realizar um levantamento sobre as principais dificuldades do Programa de Economia Solidária de Londrina, o primeiro assunto discutido pela maioria dos entrevistados foi o futuro deste como política pública local. Sobre este aspecto existe convergência de opiniões entre técnicos, grupos e parceiros de que a melhor solução é a apropriação desta política como um direito por parte da própria população. Aparentemente, esta apropriação vem ocorrendo rapidamente. Outras possíveis contribuições, que estão em andamento, são a intensificação na divulgação do programa e a aprovação de um projeto de lei que o institucionalize, além do já conquistado Centro Público que, conforme a coordenadora do programa, já “enraíza a Economia Solidária em Londrina”.

Um segundo aspecto a ressaltar é sua abrangência em termos de perfil de população atendida: a grande maioria de seus beneficiários são mulheres, entre 30 e 60 anos. Os homens representam uma parcela muito pequena dos participantes, seja pela maior dificuldade de acesso ao trabalho, por resistência à nova forma de trabalho, nos moldes da economia solidária, seja por uma questão de oportunidade da qual são mais favorecidos: geralmente os jovens possuem chances de ingresso ou reingresso no mercado formal e a indústria acaba absorvendo esses desempregados em momentos de crescimento. Talvez o que explique essa maioria feminina seja o foco na sensibilização dos beneficiários dos CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), que são frequentadas quase sempre pelas mães de família.

Ainda em relação à abrangência, o programa não assessora nenhum grupo de produção agrícola. Apesar de existirem grupos em distritos rurais, as atividades produtivas aí desenvolvidas não possuem vínculos com a terra. Segundo o presidente da COASOL, cooperativa agrícola de produção de café, “a população rural é abandonada pela Prefeitura de Londrina e nenhum programa chega na gente”. Cabe salientar ainda que, apesar de pequena, já existe uma importante abrangência tanto de usuários dos CAPS (Centros de Atenção Psicossociais) quanto de pessoas em situação de rua (atendidos pelo Sinal Verde) por parte do programa.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos grupos, a maioria deles afirmou ser a venda dos produtos a principal delas. Apesar de possuírem diversos canais para vender seus produtos, tais como as feiras, porta em porta, o próprio local de produção ou estabelecimentos do bairro, a dificuldade em obter volume de vendas suficiente para cobrir as despesas é muito comum. Vários integrantes afirmaram que necessitam de maior divulgação de seus produtos e que o Centro Público veio como uma grande vitrine e possibilidade para expor o produto a novos consumidores e para fidelizar aqueles que já compraram. Outro aspecto citado é a não cessão de equipamentos de produção ou espaço físico por parte do programa, pois o poder público é impedido legalmente de doar bens que lhe pertencem a uma iniciativa privada.

Quando foram levantados os principais pontos fortes do programa, um dos que mais teve destaque foi à inclinação do programa em ser intersetorial. É preciso mencionar neste momento que este ponto enfrenta resistência por parte de algumas secretarias, seja por escassez de mão-de-obra ou recursos, seja por diferentes níveis de descrença. Desta última razão toma-se como exemplo a secretaria da Saúde que, segundo a psicóloga responsável pelo acompanhamento do primeiro grupo dos usuários do CAPS, enfrenta uma enorme descrença por parte dos psiquiatras na Economia Solidária como uma alternativa tanto para o tratamento quanto para a geração de trabalho e renda nestes indivíduos.

Quando se realiza uma análise da divisão didática do programa nos cinco projetos descritos no item 4.3.1, nota-se claramente que o projeto que hoje é menos desenvolvido é a “Educação para o consumo crítico”. Têm sido feitas discussões e palestras em entidades sobre o assunto, bem como a realização de visitas de representantes de instituições ao Centro Público, o que já sinaliza uma movimentação neste sentido.

Em relação à equipe do programa, poucos são os pontos a ressaltar como enfrentamentos. Nota-se que existe pouca padronização em relação ao processo de assessoria aos grupos. O que por um lado dá aos técnicos bastante autonomia, por outro faz com que a relação torne-se mais pessoal (o que traria dificuldades no caso de mudanças nos técnicos responsáveis pelos grupos) e ao mesmo tempo, o pouco detalhamento da metodologia dificulta a replicação da experiência para o resto do país.

Ainda em relação à equipe, a conversa com os técnicos permitiu levantar o problema da gestão do conhecimento. Além do controle administrativo, das atas e dos relatórios semestrais, muito pouco das atividades é transcrita de forma que permita consulta posterior, resgate de informações ou acompanhamento de indicadores. Outro aspecto trazido à tona foi a quase inexistência de bibliografia para consulta ou reuniões em que os técnicos pudessem discutir outros casos e trocar experiências.

5 - Análise e impressões

Ressalta-se, em primeiro lugar, que o Programa de Economia Solidária de Londrina surgiu num contexto pós-crise, de êxodo rural e formação de “bolsões” de pobreza na cidade, durante o qual a economia local não conseguia absorver a oferta de mão-de-obra. Desta forma, ele apresentou de fato uma alternativa para a população. Durante as entrevistas, alguns daqueles que estavam em processo de sensibilização demonstraram possuir certa desconfiança em programas públicos, visto que já houve diversas tentativas anteriores. O grande diferencial do PES, no entanto, está no caráter menos assistencialista e mais emancipatório que sua iniciativa promove. As entrevistas com os grupos permitiram concluir que, de fato, eles passaram a perceber esta característica e entender que a transformação da própria vida depende da oportunidade que a prefeitura proporciona, mas em grande medida, depende do trabalho e esforço próprio.

Notou-se, ao realizar um confronto entre as características do programa de Londrina com a situação nacional da Economia Solidária, que existe convergência de valores (os princípios da Aliança Cooperativa Internacional), de razões e diretrizes. As dificuldades dos grupos de geração de trabalho e renda são as mesmas: crédito, venda e remuneração. Ao mesmo tempo, as razões que levam as pessoas a participar de grupos autogestionários se equivalem: alternativa ao desemprego e possibilidade de complementação da renda familiar.

A venda mostrou ser a principal dificuldade e uma questão muito discutida entre todos os envolvidos. A alternativa que o programa apresentou aos grupos foi a criação do Centro Público, amenizando o problema em parte. No entanto, não está claro para alguns grupos que suas vendas não podem estar baseadas somente neste local, mesmo porque esta não é a sua finalidade. Ainda em relação às vendas, os técnicos procuram fazer com que o próprio grupo descubra as necessidades do

local, através de uma análise das demandas do bairro em que moram e do estímulo à venda local, respeitando a autogestão e permitindo ao longo do tempo a sustentabilidade do empreendimento, já que houve planejamento da atividade.

Por outro lado, existem algumas características bastante diferenciadas dos grupos de Londrina em relação aos grupos brasileiros em geral: enquanto no Brasil prevalecem os homens nos grupos autogestionários (63%), no município as mulheres são a grande maioria. Algumas possíveis causas para isso são a resistência à nova forma de trabalho (sem carteira assinada e em que todos têm participação e voz), a dificuldade de acesso ao Programa, pois as reuniões de sensibilização são feitas no horário comercial, em que muitos estão trabalhando em bicos ou estão à procura de emprego, a dificuldade de inserção dos grupos agrícolas (ou outras atividades masculinas como prestação de serviços como pedreiros, eletricitistas, etc.) oficialmente no Programa, os quais têm em sua maioria integrantes do sexo masculino.

Outra diferença bastante forte está nas atividades principais: enquanto nos grupos autogestionários do Brasil elas são a pesca, extrativismo, pecuária e agricultura (64%), em Londrina a maioria dos empreendimentos têm como principais atividades a confecção, o artesanato e a alimentação. Um último aspecto ainda a ser citado é a questão da legalidade: enquanto no Brasil 32,7% dos empreendimentos de Economia Solidária estão na informalidade, em Londrina (dos grupos acompanhados pelo Programa) este número é 100%, por causa da própria idade da política pública local.

Não se faz necessário discutir todos os pontos positivos levantados sobre o Programa de Economia Solidária de Londrina, mas vale ressaltar seus diferenciais: sua equipe alinhada, multidisciplinar e empenhada; seu alinhamento em todos os aspectos com os princípios da Aliança Cooperativa Internacional; seu entendimento tanto como um direito permanente como uma propriedade da população, em nenhum momento como instrumento político; seu caráter de referência nacional em relação ao Centro Público; sua metodologia inovadora de Investimento Solidário e de capacitação orientada para a produção.

Deve-se, ainda, discutir alguns outros aspectos classificados como dificuldades e desafios como a questão da intersetorialidade, do entendimento do fomento, da emancipação e da gestão do conhecimento.

Ao participar de algumas reuniões e visitar as secretarias envolvidas no programa, pôde-se perceber que a intersetorialidade buscada pelo Programa, para unir forças e conhecimento de vários órgãos da prefeitura, ainda não é efetivamente uma prática, a não ser por algumas ações ainda pontuais de outras secretarias. Mas ficou claro que a intersetorialidade auxilia na divulgação do Programa para a população, ajuda na formação de redes e tem como principal característica a complementaridade, pois as diferentes perspectivas de um mesmo assunto podem agregar mais ao cotidiano do Programa e assim enriquecê-lo.

Visitando muitos grupos, foi identificada a importância do investimento solidário (Fomento) para os grupos: a maioria das pessoas com as quais se teve contato avaliou que sem ele o grupo não se ergueria e começaria a produzir. Muitas pessoas não teriam condições de fazer o primeiro investimento no empreendimento. Porém, alguns levantaram que o fomento trouxe alguns problemas para o grupo, relacionados à competição interna e a crença de que “com menos gente sobraria mais material” e, portanto mais lucro para cada integrante. Isto destoa dos princípios da economia solidária e pode ser evitado através de uma forte preparação do grupo para o momento do fomento. Outro ponto a ser discutido sobre o mesmo tema é de não existir fomento em forma de equipamentos: ele tem o seu lado positivo, pois incentiva o grupo a trabalhar para ter algo que será seu patrimônio, mas também apresenta um lado negativo quando gera um clima de insegurança e instabilidade no grupo, pois os equipamentos - que são parte essencial da sua produção - são muitas vezes emprestados.

Ao observar o Programa como um todo, tem-se que questionar se ele é emancipatório para quem participa dele: alguns grupos acabam dependendo muito da presença do técnico para ajudar nas tomadas de decisão do grupo. Isso pode ser bom, pois ele trás uma visão mais desvinculada dos problemas do grupo. Porém o grupo precisa aprender a procurar

as soluções sem o técnico, para assim poder continuar com o empreendimento sozinho e ganhando experiência com as dificuldades que vão surgindo. Ainda quanto ao papel do Programa, discute-se sobre a demora de um grupo ser “desincubado”, ou seja, que o grupo continue suas atividades sem a assessoria do Programa. Para os integrantes dos empreendimentos, a demora para dar resultados financeiros desejáveis os aflige, pois todos precisam ter renda para atender às necessidades de suas famílias. Para os técnicos do programa, esse processo é demorado, pois o grupo precisa estar ciente e coeso do que estarão montando e iniciando em suas vidas, pois assim o grupo não se desfaz logo. São dois lados que se contrastam, mas que se deve levar em conta a perspectiva diferente de quem precisa ter a renda e de quem facilita o processo para essa pessoa conseguir chegar ao seu objetivo com a economia solidária. Por isso, em Londrina, existe o equilíbrio entre esses dois pontos de vista, para que tanto as pessoas quanto o Programa consigam alcançar as suas metas.

A dupla pode observar no tempo em que esteve em Londrina que um problema para o Programa é a dificuldade em gestão do conhecimento. Os técnicos vão visitar seus respectivos grupos, mas são poucos os que fazem atas das reuniões e que registram o andamento do grupo, as dificuldades, como superaram; portanto um histórico do empreendimento solidário e do andamento do Programa. Essa falta de registro do conhecimento faz com que muito do que passou seja perdido e que não haja a possibilidade de alguns problemas/dificuldades de outros grupos sejam resolvidos baseados em experiências do próprio Programa. Além disso, o que é feito em Londrina poderia ser mais disseminado pelo Brasil através dessa sistematização de informações.

6 - Conclusão

A partir de tudo o que foi exposto neste relatório, levantaremos as principais conclusões e considerações a respeito do aprendizado que a pesquisa proporcionou à dupla. Antes de qualquer coisa, é preciso afirmar que o projeto Conexão Local é uma experiência extremamente importante para o desenvolvimento do acadêmico, tanto no âmbito de sua formação educacional quanto para sua formação enquanto indivíduo, ciente da realidade que o norteia e consciente de seu papel na sociedade.

Uma importante reflexão que podemos fazer é sobre o papel da iniciativa local sobre o processo de desenvolvimento do país. Apesar de haver opiniões contrárias quanto a esta questão, a experiência mostrou que é possível utilizar-se de características pessoais, como a “vontade de mudar”, a motivação e a competência técnica, para erguer forças em torno de uma finalidade pública que permita iniciar um processo de transformação social. Além disso, a troca de experiências entre municípios, universidade e população propicia a ampliação e aprimoramento do conhecimento sobre a ação desenvolvida.

O que foi observado em Londrina mostrou que uma comunidade não deve esperar que a mudança comece “por cima”, mas que ela pode iniciar um processo que envolva diferentes atores sociais de todos os setores da economia. O Programa de Economia Solidária mostrou-se transparente, sério e focado naquilo que se propôs a fazer. Apesar das dificuldades que enfrenta, sua equipe é multidisciplinar e alinhada com os objetivos do Programa, possui uma estrutura organizada e, principalmente, evidenciou seus primeiros resultados já no curto prazo.

Sobre seu impacto, muito já foi dito e aqui retomamos: nota-se claramente que a principal conquista desta recente experiência em Londrina está na transformação que ela possibilita aos seus beneficiários do Programa. Os relatos evidenciam o resgate de valores, da cultura, da auto-estima e da vontade de viver em indivíduos até então descrentes do papel do Estado e até mesmo de seu próprio futuro. Para muitos, o trabalho voltou a ser motivo de orgulho e estímulo para a vida. Alguns deles já auferem renda daquilo que desenvolvem, o que permite afirmar que, se o objetivo do

programa é a geração de trabalho e renda, ele está no caminho certo.

Por último, mas não menos importante, é imprescindível levantar os principais aprendizados proporcionados pela experiência de pesquisa imersa. Aprendeu-se que apesar de trabalhoso, é possível mudar a realidade de um município. Entendeu-se que cada comunidade possui sua complexidade, sua história, seus valores e sua cultura, e que é preciso deixar de lado preconceitos e paradigmas para melhor compreendê-las. Compreendeu-se, com isto, que muitos problemas sociais podem ser amenizados com a crença na iniciativa local – especialmente com o envolvimento direto do poder público, que neste caso considera como sendo um direito das pessoas a geração de trabalho e renda. Além disso, pode-se perceber que aspectos intangíveis trazem resultados extremamente positivos para os indivíduos, tais como dignidade e respeito. Concluiu-se, por fim, que é possível aprender muito olhando para além de modelos, teorias e fórmulas, através do conhecimento vivido de cada um daqueles com os quais se teve contato.

7 - Referências Bibliográficas

NISHIMURA, Sandra Regina. Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina – Paraná. Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2005.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUITIÉRREZ, Francisco (orgs.). Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Cortez Editora, 3ª edição, 2001.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Editora Contexto, 2000

Sites:

- Ministério do Trabalho e Emprego:

http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp

- Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

<http://www.fbes.org.br/>

- Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão:

www.anteag.org.br

- Prefeitura de Londrina:

<http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

<http://www.ibge.gov.br/home/>

- Perfil do Município de Londrina:

<http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=home&item=perfil>

- Mapa das Regiões dos CRAS:

<http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=assistenciasocial&item=territorizacao>

- Tese de Sandra Nishimura:

<http://home.londrina.pr.gov.br/homenovo.php?opcao=assistenciasocial&item=textoapoi>

8 - Anexo

ANEXO 1 – Áreas de Abrangência dos CRAS